

## NOTA DE ABERTURA

O presente número do *International Journal of Philosophy and Social Values* abre com um Dossier dedicado ao tema «Cristianismo e Democracia». Não foi nosso objectivo oferecer aos leitores um conjunto de artigos cujo carácter fosse essencialmente histórico, debruçando-se sobre a *vexata quaestio* das relações entre «Atenas e Jerusalem». E não o foi, entre outras razões, porque a formulação da questão, nestes termos, sendo simplificada, é também historicamente inexacta. Primeiro porque, ao longo da sua história, o cristianismo incorporou elementos que vão para lá das suas raízes no século I D.C.; depois porque, embora o legado cultural grego seja um elemento permanente do pensamento político do Ocidente – por vezes «idealizado», como aconteceu na época do romantismo e do idealismo alemães –, a nossa concepção actual de democracia (e de valores que lhe estão associados, como os direitos humanos) recolhe o legado de outros ambientes, como sejam a República Romana, as lutas pela liberdade municipal nos finais da Idade Média, bem como as experiências das revoluções americana e francesa, no final do século XVIII.

Mas, acima de tudo, o nosso propósito, exemplarmente conseguido nos três textos que compõem este Dossier, era o de fornecer uma reflexão baseada nos problemas que se colocam hoje a estas duas tradições (a do pensamento democrático e a do pensamento cristão) na situação actual. A crise dos sistemas democráticos do Ocidente, as ameaças à democracia que surgem, um pouco por todo o lado, no interior da própria Europa que dela se reclama como criação sua, as disputas sobre o lugar da religião no espaço público, a transformação do ideal de separação da Igreja (ou das Igrejas) e do Estado em laicismo agressivo e intolerante, entre outros factores, demonstram a pertinência da discussão que aqui propomos.

O conjunto de reflexões deste Dossier não está centrado na experiência europeia. É assim que o artigo de Gnana Patrick tem como foco o papel das religiões – e, em particular, a religião cristã – na construção de um estado ancorado nos princípios da democracia liberal na Índia. Numa nação onde o sentimento de pertença a comunidades religiosas funciona, muitas vezes, como factor de exclusão e não de inclusão, e onde a identidade se manifesta e reforça através do tradicional sistema de castas, o autor mostra o papel que o cristianismo pode desempenhar na construção de transformações sociais emancipadoras. Nesse sentido, propõe o reforço da sua intervenção no espaço público da sociedade indiana, seja através do debate alargado de questões teológicas, seja nos debates académicos, seja nos debates que atravessam a sociedade indiana sobre temas de natureza social e política.

No mesmo sentido, mas reflectindo as particularidades da situação americana, Alexander Chirila aborda as relações entre cristianismo e democracia na actual conjuntura social e política dos Estados Unidos. Aqui, ao contrário da Índia, encontramos-nos perante um sistema político que, desde a sua fundação nos finais do século XVIII, se reclama da herança cristã. Todavia, se, para os *founding fathers* da nação americana, o cristianismo se conciliava facilmente com a tradição da liberdade representada pelos ideais iluministas (se é que, para muitos deles, não estava na sua origem), a situação actual é bem diversa. O autor, no seu artigo, chama a atenção para dois perigos convergentes: as ameaças à democracia representadas por políticos e correntes populistas, por um lado, e a contaminação do pensamento cristão por «plataformas ideológicas» (como o próprio autor as designa) que põem em causa valores tradicionalmente ligados ao pensamento cristão, como a compaixão, a toerância e a generosidade.

Entre estes dois textos, propomos a leitura do artigo de Artur Morão e Mendo Castro Henriques sobre um autor de língua alemã, pouco conhecido entre nós, Ernst-Wolfgang Böckenförde, falecido recentemente. Neste artigo, o primeiro de uma série, os autores concentram-se exclusivamente no pensamento político deste jurista alemão, mostrando como o dilema que o tornou conhecido (e que recebeu o seu nome) – a saber, que o estado liberal assenta em fundamentos que ele próprio não pode demonstrar – abre para uma dimensão prévia ao

próprio *ethos* liberal, onde se gera o consenso sobre os modos de agir e de conviver. É neste âmbito que pode ter ainda lugar uma reflexão política orientada pelos ideais humanistas que, para o autor, estão na base do pensamento cristão, uma vez que nas sociedades secularizadas do Ocidente a reivindicação de verdade deste último sofre a concorrências de outras reivindicações, igualmente legítimas, no espaço público.

Completam ainda este número dois artigos, de Bernhard Sylla e de Paulo Vitorino Fontes, abordando ambos a Escola de Frankfurt. O primeiro centrado numa análise do conceito de «mundo da vida» em Habermas (desde as suas raízes fenomenológicas às várias significações que adquire hoje no pensamento do autor alemão); o segundo propondo uma investigação sobre os fundamentos da Teoria Crítica (em particular os pensamentos de Hegel, de Marx, de Freud e de Max Weber) e sobre os temas caros aos seus principais representantes, enquadrando-os no seu horizonte problemático, desde a fundação do *Institut für Sozialforschung* em 1923. Como é habitual, o volume encerra com uma secção dedicada à recensão de obras reentamente publicadas.

\* \* \*

Com este número II/2 encerramos uma primeira fase na vida do *International Journal of Philosophy and Social Values*. Como se sabe, a revista aparece identificada com o Centro de Estudos de Filosofia (CEFi) da Faculdade de Ciências Humanas da UCP. Uma reestruturação da investigação em filosofia na UCP conduzirá à extinção do CEFi e à integração de alguns dos seus investigadores numa outra Unidade de Investigação da Universidade. A continuar, a revista aparecerá, por esta razão, ligada a uma outra unidade da UCP – de ensino ou de investigação – e não àquela a que esteve ligada desde a sua origem e que, de ora em diante, deixará de existir. Um próximo número inaugurará uma nova série, coisa aliás normal na vida de muitas revistas. Cumpre-me, por isso, como Director, fazer alguns agradecimentos. Em primeiro lugar, aos colegas que me acompanharam neste empreendimento, antes de mais ao Director-adjunto da revista e ao seu editor, mas também aos restantes colegas do Conselho Editorial. Em segundo lugar, aos

membros do Conselho Científico e a todos os investigadores e especialistas que participaram no processo de avaliação dos artigos. De seguida, naturalmente, aos autores, incluindo aqueles que propuseram artigos que, por uma razão ou por outra, não puderam ser publicados. De igual modo, um agradecimento é devido aos serviços da Biblioteca da UCP, não apenas pela catalogação da revista, mas também pelo trabalho relativo à sua indexação. Por fim, ao actual Director da Faculdade de Ciências Humanas, que sempre acarinhou este projecto e aposta na sua continuidade.

CARLOS MORUJÃO